

Trabalho Precário - problema de todos	01
Jornada Mundial pelo Trabalho Decente	02
Hargrove: "os Sindicatos, mais importantes que nunca"	03
Metalúrgicos do Uruguay lutam pela negociação coletiva	03
Petróleo - Brasil: O problema de ser novo rico	04
Petrobras inicia extração de petróleo na camada pré-sal	05

INTERNACIONAL

Campanha Mundial da FITIM

Trabalho Precário - problema de todos

A Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM) lança materiais para a nova campanha que luta contra a o trabalho precário, disponível no endereço www.imfmetal.org/precariouwork.

Valter Bittencourt

Passeata contra o trabalho precário em Salvador. novembro de 2007



Cada vez mais, cresce o número de trabalhadores em todo o mundo que encaram a insegurança no trabalho, baixos salários e um futuro incerto.

Por isso, a FITIM, junto a seus afiliados, quer reverter esta tendência crescente e está preparando uma mobilização global contra o trabalho precário entre os dias 30 de setembro e 7 de outubro.

Para a campanha, a FITIM reuniu estudos de casos, relatórios e casos pessoais sobre as maneiras com que os trabalhadores estão lutando em todo o mundo. Estes exemplos estão apresentados na **nova cartilha** sobre o trabalho precário, acompanhado de um **cartaz da campanha**, publicado pela FITIM e apoiada pela Federação Europeia dos Metalúrgicos.

Trabalho Precário: problema de todos descreve o fenômeno, o que ele afeta e apresenta casos de estudos e relatos de sindicatos sobre a luta contra o trabalho precário no mundo. (tradução de Valter Bittencourt) (FITIM, 02.09.2008)

A luta pelo Trabalho Decente: a Federação dos Metalúrgicos do Estado de S.Paulo - FEM/CUT esta levando uma acirrada campanha em defesa de seus associados. São 13 sindicatos, que representam 280 mil metalúrgicos, que têm datas-base de agosto a novembro. A maioria deles está renovando suas cláusulas econômicas, pois as sociais têm vigência até 2009.

Mais informações <http://www.fem.org.br> e <http://www.cnmcut.org.br>



10 de Outubro: Jornada Mundial pelo Trabalho Decente

Secretário de Relações Internacionais da CUT fala sobre a Jornada pelo Trabalho Decente

O artigo abaixo, o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Antonio Felício, destaca a importância da Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, convocada pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA). No Brasil, a Jornada ganhará as ruas no dia 10 de outubro, com passeatas e manifestações. A programação completa estará disponível em breve.

Cartaz da campanha da FITIM



A CUT e a Jornada Mundial pelo Trabalho Decente

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) convencionou chamar de trabalho decente o trabalho produtivo para homens e mulheres em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade. Pelo conceito, adotado na quase totalidade dos países, ele implica oportunidades de empregos dignos com salário justo, segurança no local de trabalho e proteção social para os trabalhadores e suas famílias, oferece melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e favorece a integração social, dá às pessoas a liberdade de expressar suas opiniões, organizar-se e participar na tomada de decisões que incidam em suas vidas, garantindo a igualdade de oportunidades para todos e todas.

Com este norte, convocados pela Confederação Sindical Internacional (CSI), voltaremos às ruas no dia 10 de outubro, dando a largada da Jornada Mundial pelo Trabalho Decente.

A manifestação resgatará um princípio fundamental da OIT que, em nosso país, se traduz na defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, ampliação da oferta do primeiro emprego e de qualificação ao jovem, garantia de emprego digno com carteira assinada, respeito à organização sindical - com liberdade e autonomia, combate ao trabalho infantil e escravo, igualdade de direitos para as mulheres e contra a discriminação de gênero, raça ou orientação sexual.

Nossa luta é para que o crescimento da economia brasileira se materialize em desenvolvimento social, com ampliação de conquistas que representem melhor qualidade de trabalho e de vida para quem gera a riqueza e a pujança da nação.

Por isso, defendemos, entre outras iniciativas, a ratificação imediata das Convenções da OIT, a 151 - que garante o direito à negociação coletiva no setor público - e a 158 - que coíbe a demissão imotivada -, medidas que o governo brasileiro enviou ao Congresso Nacional no mês de fevereiro. Para enraizar os avanços no campo, é hora de acelerar a reforma agrária, fortalecer a agricultura familiar e combater sem trégua a precariedade e a impunidade que ceifam a vida de trabalhadores e lideranças que ousam abrir caminho à valorização do trabalho, à justa distribuição de terra e de renda.

Com unidade e mobilização, faremos deste 10 de outubro um marco na defesa dos interesses da classe operária do campo e da cidade, da iniciativa privada e dos serviços públicos, dos aposentados e pensionistas, de mulheres e homens, negros e brancos, descortinando novos horizontes de conquista e esperança para quem constrói, no Brasil e no mundo, um amanhecer coletivo, fraterno e justo.

Hargrove: "os Sindicatos, mais importantes que nunca"

Em entrevista à imprensa canadense Buzz Hargrove, presidente do sindicato dos trabalhadores automotivos - o Canadian Auto Workers (CAW), disse que os sindicatos nunca foram tão necessários como agora. Ele acaba de aposentar sua militância sindical.



Pronto para participar da Parada do Dia do Trabalho em Toronto, Hargrove havia poucos dias se aposentara depois de 43 anos de ativa militância no movimento sindical canadense. A saída de Hargrove acontece num momento crucial para os trabalhadores automotivos diante da profunda crise da indústria.

"Eu acredito que os sindicatos são hoje mais importantes do que nunca. Eles têm muito mais recursos agora e não acho que a sua tendência é só declinante".

Na semana passada o governo canadense divulgou uma estatística que mostra que a representação sindical continua a diminuir – são sindicalizados 29,4% dos trabalhadores segundo os dados deste primeiro semestre, contra 29,7% de índice de sindicalização em 2007. A situação no trabalho industrial é ainda pior: os sindicatos representam apenas 16,3% desses trabalhadores. Mas esses números são melhores que nos Estados Unidos.

Mas ele não está cego para a situação atual. "O comércio colocou muito poder nas mãos das empresas que podem levar seus investimentos e empregos para onde quiserem e despachar os produtos de volta para o nosso país". "O setor automobilístico é um bom exemplo: nós temos 25% do nosso mercado que vai para produtos importados do Japão, Coréia e Comunidade Européia.

Para Hargrove, entretanto, estas respostas não dão conta de toda a situação – os sindicatos devem assumir sua parte. Os sindicatos não souberam se fazer atraentes para os jovens e não procuraram se adaptar à crescente flexibilidade e independência do trabalhador. "Eu penso que nós não desafiamos a nós mesmos quanto aos nossos processos internos. Uma das coisas que me aborrece é o pensar que você entrou num sindicato para o resto da sua vida. Penso que, se um sindicato não satisfaz as suas preocupações, você deve ter um direito de aderir a outro."

Para ele os sindicatos fizeram um trabalho ruim na educação das novas gerações sobre as conquistas sindicais do passado e sobre as propostas para o futuro. Mas ele compara o movimento sindical canadense favoravelmente em relação ao seu vizinho estadunidense.

Hargrove vai deixar sua militância sindical mas pretende continuar lutando pelos trabalhadores canadenses. Ele tem um contrato para escrever um livro sobre sua vida. E vai fazer um programa semanal de TV na Business News Network. Ele também recebeu um convite, que está ainda considerando, para se candidatar a deputado pelo Partido Liberal.

Metalúrgicos do Uruguay lutam pela negociação coletiva

Os trabalhadores metalúrgicos uruguaios organizados na UNTMRA (Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines) encontram-se em luta enfrentando as respostas negativas das câmaras empresariais na rodada do Conselho de salários 2008 – 2010.

A nossa plataforma tem como prioridade a discussão da redução da jornada de trabalho sem redução salarial: "Trabalhar menos, para que trabalhem todos".

Salário Mínimo na Indústria de 9.000 Pesos (US\$ 450)

Eliminação das terceirizadas

Aplicação do decreto 291/07 de Saúde e Condições de Trabalho e instalação das tripartites setoriais.

Licenças especiais por interrupção da gravidez

Lei de Insolvência Patronal. Entre outras reivindicações.

Na Assembléia Geral nacional realizada em 28 de agosto decidimos agir para aprofundar as negociações de 24 e 25 de Setembro.

Greve de 24 horas com ocupação dos centros de trabalho em todos os ramos de atividade de nossa organização em todo o país. (Comitê Executivo da UNTMRA - PIT CNT) *(Rebanadas de Realidad, 02.09.2008)*

Petróleo-Brasil: O problema de ser novo rico

Mario Osava

O futuro econômico e social do Brasil pode estar sujeito, segundo especialistas, ao modo como manejar a repentina riqueza petroleira descoberta em grande profundidade no subsolo do oceano Atlântico, em sua zona próxima à costa sul do País.

Os dilemas que surgem, tanto no governo como entre outros atores neste debate nacional, são criar uma nova empresa estatal, como fez a Noruega, fortalecer a já existente (Petrobras), modificar ou manter as regras vigentes no setor e redistribuir os royalties gerados pela produção marítima.



Lula faz primeira coleta de óleo na camada pré-sal no campo de Jubarte

Fernando Siqueira, diretor de comunicação da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), calcula que estão em jogo US\$ 20 bilhões, considerando que são "mais de cem bilhões de barris" existentes nas gigantescas jazidas sob a camada de sal a aproximadamente 250 quilômetros do continente. Esta estimativa se baseia em um valor de mercado de US\$ 200 o barril, preço que pode ser superado nas próximas décadas diante do iminente "terceiro choque mundial", no qual a demanda cresce mais rápido do que a oferta, disse Siqueira à IPS.

As reservas brasileiras pré-sal equivalem a "um novo Iraque" na América Latina, tanto pelo volume de petróleo quanto pela cobiça dos Estados Unidos, que buscam "desesperados" garantir esses fornecimentos, já que suas reservas de 29 bilhões de barris não dão para três anos de consumo, segundo o engenheiro. Defender a criação de outra estatal é "desviar a discussão" da questão central, que consiste em consolidar as jazidas como patrimônio do povo brasileiro e "alterar o contexto de regulamentação" para aumentar a participação especial do Estado no petróleo produzido para 84%, uma proporção vigente em outros países, afirmou Siqueira.

Essa alteração seria muito simples, bastando um decreto, já que a redução da participação estatal a um máximo de 40% se impôs por essa via em 1998 durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), assegurou o engenheiro. Elevar a participação especial do Estado não teria uma grande resistência por parte das empresas petroleiras multinacionais, que já estão associadas à Petrobras em muitas áreas de exploração. "Elas próprias já haviam proposto esses 80%", acrescentou. Por outro lado, haverá pressões muito fortes por parte do governo norte-americano, que "quer petróleo barato e não a preços de mercado", condição que exclui a "soberania brasileira sobre suas reservas", segundo Siqueira.

Para este especialista, a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos, voltada para o sul do oceano Atlântico, está vinculada ao petróleo pré-sal brasileiro. Uma nova regulamentação permitiria superar os dilemas, já que com a Petrobras como operadora da produção a participação do Estado chegaria a 90%, acrescentou Siqueira. Desta forma, se limitaria a parte dos sócios privados minoritários da Petrobras nas jazidas já descobertas ou novas. Uma preocupação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é destinar o lucro com petróleo em benefício da população. As prioridades são educação, combate contra a pobreza e previdência social, afirmou.

Por isso se estuda com atenção a experiência da Noruega, que criou uma segunda empresa petroleira, totalmente estatal, que administra as jazidas e destina seu lucro a um fundo destinado às gerações futuras. Essa alternativa, que segundo informou-se teria uma opinião majoritária favorável dentro do governo, permitiria ao Estado apropriar-se do grosso do lucro, evitando benefícios considerados excessivos para os sócios da Petrobras, que tem 60% de seu capital, a maior parte em mãos de capitais estrangeiros. Outra intenção oficial é alterar as regras dos royalties pagos aos montepios e Estados em cujo mar territorial se extrai petróleo e a outras instituições, como a Marinha de Guerra, que correspondem a 10% da produção.

O que se busca é que o lucro das novas jazidas beneficiem todo o País, diante de seu grande aumento. Mas, governadores dos Estados que mais ganham royalties, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, se colocaram contra a possibilidade de mudanças nessas regras. Os royalties representam uma indenização por impactos causados pela atividade petroleira, por isso perdem sentido quando se trata de poços localizados a 250 quilômetros da costa e que, portanto, não afetam nenhum município em particular, argumentou Siqueira.

Toda essa discussão reflete a disputa de um dinheiro incerto. "Parecem querer o lucro" sem considerar "os enormes investimentos" e o esforço necessário para extrair o petróleo que se encontra a seis mil metros abaixo do nível do mar, sob uma espessa camada de sal e a centenas de quilômetros da costa, afirmou Giouseppe Baccocoli, pesquisador do Centro de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O contexto de regulamentação tem sido satisfatório, especialmente para atrair investimentos e tecnologias, e é preciso cumprir os contratos vigentes com empresas privadas sobre o petróleo produzido para não perder condições de extrações do petróleo do pré-sal, disse Baccocoli à IPS.

As novas jazidas que despertam a cobiça e as expectativas de grande riqueza nacional "apresentam altos riscos e exigem tecnologias avançadas", destacou Baccocoli, geólogo de longa experiência na Petrobras. Os benefícios estatais podem vir através de tributos, acrescentou, ao qualificar de "demagogia" algumas propostas que dizem "proteger interesses do povo". (IPS/Envolverde) (IPS, 25.08.2008)

Petrobras inicia extração de petróleo na camada pré-sal

Plataforma extrairá óleo a 1.350 metros de profundidade

A Petrobras iniciou nesta terça-feira (2) a produção do primeiro óleo da camada pré-sal - nova província petrolífera cujo potencial pode colocar o Brasil na lista dos maiores produtores mundiais de petróleo. A produção será feita no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, no litoral sul do Espírito Santo. Com a produção nessa área, a empresa obterá conhecimento para ajudar a desenvolver as reservas do pré-sal localizadas no Espírito Santo e em outros pontos do litoral brasileiro.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, participaram da cerimônia - que marcou o início da produção do primeiro óleo da camada pré-sal - a bordo do navio-plataforma Juscelino Kubitschek (P-34), instalado no campo de Jubarte.

Pré-sal - As grandes reservas de petróleo e gás natural descobertas recentemente pela Petrobras acompanham boa parte da plataforma continental brasileira. O País dá início à exploração desses reservatórios que guardam uma quantidade ainda inestimável de material fóssil em depósitos localizados a seis mil metros abaixo da superfície marítima.

Os reservatórios estão sob a extensa camada de sal localizada no fundo do mar, sobretudo na área que se estende do litoral do estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina. Esses depósitos são conhecidos como pré-sal e começaram a se formar há 150 milhões de anos, quando o grande continente do Sul, chamado Gondwana, se separou devido à movimentação das placas tectônicas. Com essa divisão, que ocorreu de forma lenta e gradual, formaram-se novos continentes, como a África e a América do Sul. (Em Questão - <http://www.brasilgov.br/emquestao>)